



**1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**2. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAICÓ**  
**RUA OTÁVIO LAMARTINE – 1029 – CENTRO – CAICÓ/RN**

Representação

Processo nº 101.09.001887-7 – 2ª Vara Cível

Representante: Ministério Público Estadual

Representados: FUNDAC/RN e Direção do CEDUC-Caicó/RN

**Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caicó/RN**

**“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”**  
(Art. 227, da CF/88)

**1. O Representante do Ministério Público Estadual, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caicó/RN, com atribuições nas áreas de Família, Infância e Juventude, Deficientes e Idosos, oficiando perante este ilustrado Juízo, estribado no que dispõem os arts. 227 da Constituição Federal, 90, 94, 95, 97, 121, 123, 124, 152 a 154, 191 a 193 e 201, inciso XI do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), atentando ainda ao estabelecido na Resolução nº 119/06 do CONANDA (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo-SINASE), vem nos autos do processo em epígrafe aditar a inicial o que faz nos seguintes termos, ajuizando nesta oportunidade**

**REPRESENTAÇÃO PARA**  
**APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES**

# **EM ENTIDADE DE ATENDIMENTO, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA A INTERDIÇÃO PARCIAL DO CEDUC-CAICÓ/RN**

em desfavor da Fundação Estadual da Criança e do Adolescente-FUNDAC/RN, representado por sua Diretora-Presidente, Sra. Maria das Graças Fernandes Costa da Motta, com endereço no Centro Administrativo do Governo do Estado, Br 101, Km 0, bloco SETHAS, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 e da Direção do CEDUC-Caicó/RN, respresentado por seu Diretor, Sr. José Pereira do Nascimento, endereço BR 427, Castelo Branco, Caicó/RN, CEP 59300-000, em face dos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

## **I – A SUPERLOTAÇÃO NO CEDUC-CAICÓ/RN**

No dia 02(dois) de junho de 2009, o signatário da presente realizou inspeção ministerial no CEDUC-Caicó/RN verificando, na oportunidade, uma série de irregularidades, dentre as quais se destacando particularmente a superlotação da entidade, consoante se verifica da cópia da Ata anexa.

Em face das constatações efetuadas durante a inspeção adotamos uma série de providências, salientando-se a expedição do Ofício Recomendatório nº 160/09-1ª PJCC endereçado a Sra. Maria das Graças Fernandes Costa da Motta, Diretora-Presidente da FUNDAC/RN, consignando dentre as recomendações “...a reavaliação quanto a capacidade máxima de internamento no CEDUC-Caicó/RN vez que a superlotação atual afronta a Legislação e os parâmetros fixados no SINASE.”. Expedimos ainda Ofícios aos Magistrados e Promotores de Justiça das Comarcas nas quais tramitam os processos de execução de medidas sócio-educativas dos adolescentes atualmente internados no CEDUC-Caicó, ao Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Caicó/RN, ao Diretor do CEDUC-Caicó/RN, ao CAOPIJ/RN, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao CMDCA de Caicó e ao Conselho Tutelar do Município de Caicó.

Assinale-se que quando da inspeção encontravam-se internados 28(vinte e oito) adolescentes, sendo que apenas um deles internado povisoriamente por determinação de Vossa Excelência.

Além da superlotação, percebemos naquela ocasião que as reformas que se encontravam em andamento na estrutura física do CEDUC-Caicó/RN inviabilizavam a rotina normal dos internos que permaneciam praticamente todo o dia trancados nos alojamentos sem participar de quaisquer atividades, gerando tensões e conflitos.

Entretanto, o quadro veio a se agravar mais ainda no dia 11(onze) de junho de 2009 quando um dos internos foi morto por um seu companheiro de clausura que na prática infracional fez uso de um pedaço de ferro. Desde então, a tensão domina internos, educadores, servidores e policiais responsáveis pela segurança externa do CEDUC-Caicó/RN.

Documentos anexos dão conta do planejamento de fuga por parte dos internos no alojamento VI, que arquitetaram inclusive fazer refém um educador, bem como da apreensão de armas improvisadas, sendo indiscutivelmente imprescindíveis a imediata adoção de providências visando a restauração da normalidade.

Por determinação do signatário do presente, o SD/PM Alves dirigiu-se ao CEDUC-Caicó/RN no dia 18(dezoito) de junho de 2009, pela manhã e, em lá chegando, constatou que naquela oportunidade se encontravam internados 30(trinta) adolescentes em seis alojamentos assim distribuídos: alojamento I, interditado administrativamente; alojamento II, interditado administrativamente; alojamento III, dotado de 05 camas de alvenaria e 05 internos; alojamento IV, dotado de 01 cama e 02 internos; alojamento V, dotado de 01 cama e 02 internos; alojamento VI, dotado de 05 camas e 07 internos; alojamento VII, dotado de 06 camas e 09 internos e alojamento VIII dotado de 01 cama e 05 internos.

À luz de tais fatos foi ajuizada a representação hospedada nos presentes autos aos 18 de junho de 2009. Entretanto, em face de substanciais alterações no quadro fático até então exposto agravando sobremodo a situação de incerteza, insegurança e violação de direitos faz-se necessário o presente aditamento.

Com efeito, o quadro hoje é estarrecedor.

Aos 25(vinte e cinco) de janeiro de 2010, foi realizada inspeção ministerial no CEDUC-Caicó/RN sendo que naquela ocasião consignamos em ata que *“Saliente-se que tal superlotação e distribuição sem critérios dos adolescentes internados nos alojamentos não encontram respaldo na Lei nº 8069/90, bem como violam manifestamente os parâmetros fixados no SINASE, de acordo com os quais os alojamentos coletivos devem se destinar a no máximo 03(três) internos, sendo certo que a capacidade máxima do CEDUC-Caicó/RN somente admite 18(dezoito) internações simultâneas. No momento da inspeção haviam 31(trinta e um) adolescentes internados, sendo que somente um interno se encontrava privado de sua liberdade por força de decisão judicial expedida pela 2ª Vara Cível da Comarca de Caicó, enquanto que os demais são originários de outras Comarcas do Estado do Rio Grande do Norte, particularmente de Mossoró e Parelhas. Tal quadro ainda mais se agrava quando se considera que dois outros internos se evadiram no último sábado (23/01). Restou evidente que os internos passam quase todo o tempo segregados nos abarrotados alojamentos do CEDUC-Caicó, sendo várias as reclamações formuladas pelos adolescentes em virtude de não utilizarem com frequência a sala de informática e o ginásio de esportes, recentemente edificado. Com relação a visita de familiares reclamaram os internos, particularmente os oriundos de Mossoró, que no mês de dezembro/09 não receberam visitas uma vez que não foi disponibilizado pela FUNDAC o veículo que mensalmente transporta seus parentes carentes.”*

Tais fatos, nos levaram a imediata expedição de Ofício Recomendatório à FUNDAC, recomendando a adoção das providências administrativas necessárias à solução dos problemas então verificados, assim como encaminhamos cópia da ata de inspeção para que dela tomassem conhecimento à Direção do CEDUC-Caicó/RN, ao Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Caicó, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do RN, ao CMDCA-Caicó/RN e ao Conselho Tutelar do Município de Caicó, entretanto, nada foi resolvido.

Na última segunda-feira (03/05/10), tomamos conhecimento informalmente no Gabinete da 1ª PJCC, que estariam internados no CEDUC-Caicó/RN 49(quarenta e nove) adolescentes, bem como que o denominado alojamento VIII da instituição era em verdade uma sala destinada à enfermaria que teria sido adaptada para ser utilizada como alojamento, consistindo a improvisada adaptação na substituição de uma porta de madeira por grades de ferro.

Na quarta-feira (05/05/10), veio ao nosso conhecimento em face de divulgação através do blog [www.fgomes.com.br](http://www.fgomes.com.br) a ocorrência de confronto entre adolescentes internos, o que nos levou a expedir ofício requisitando informações ao Diretor do CEDUC-Caicó/RN.

Ontem (06/05/2010), determinamos ao SD/PM José Justino Alves que diligenciasse imediato levantamento do número de internos do CEDUC-Caicó, o que foi devidamente documentado, restando confirmadas as informações acima referidas.

Atendendo a requisição ministerial a Direção do CEDUC-Caicó confirmou que adolescentes foram lesionados no confronto.

Por fim, servidores do CEDUC-Caicó sob o manto do sigilo igualmente confirmam os fatos afirmando ainda que nos últimos tempos por diversas vezes internos foram vítimas de lesões corporais, bem como suplicaram providências urgentes temendo novas tragédias inicialmente ventiladas nesta petição.

Diante disto, comunicamos as ocorrências ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do RN, informando na ocasião a adoção de providências na esfera judicial.

É preciso ainda assinalar que:

### **NÚMERO MÁXIMO DE INTERNOS NO CEDUC-CAICÓ/RN DE ACORDO COM O SINASE**

Em face dos parâmetros estabelecidos no SINASE e atentando-se fielmente ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal de 1988, os alojamentos coletivos nas unidades destinadas à execução de medidas socioeducativas privativas de liberdade não poderão acomodar número excedente a 03(três) internos.

No CEDUC-Caicó/RN existem apenas 05(cinco) alojamentos coletivos, 02(dois) alojamentos individuais e a enfermaria improvisada em alojamento que também é individual, de modo que o número máximo de adolescentes na referida unidade não poderá exceder a 18(dezoito) internos.

### **A SUPERLOÇÃO NO CEDUC-CAICÓ/RN**

Hoje os 49(quarenta e nove) internos correspondem quase ao triplo da capacidade máxima de acordo com o SINASE, sendo flagrante a violação de direitos e a probabilidade de ocorrência de danos irreparáveis, inclusive a morte de internos, o que já aconteceu no ano de 2009 quando o número de internos era bem menor.

## **VINTE E OITO INTERNOS ORIUNDOS DE MOSSORÓ/RN E OESTE POTIGUAR**

Dentre os 49(quarenta e nove) internos, 28(vinte e oito) deles são originários da Comarca de Mossoró e do Oeste Potiguar, afrontando escancaradamente as normas legais que asseguram aos adolescentes o direito a convivência familiar e comunitária, bem como o cumprimento das medidas socioeducativas na comunidade de origem.

### **A CONSTRUÇÃO DO CEDUC-MOSSORÓ/RN**

Registre-se, que atualmente inexistente qualquer fundamento fático ou jurídico que justifique a ilegal permanência de sócioeducandos originários da Região Oeste Potiguar internados no CEDUC-Caicó/RN, vez que tal se dava em virtude da inexistência de unidade destinada ao cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade na Capital do Oeste.

Todavia, é público e notório que foi concluída a edificação do CEDUC-Mossoró em absoluta conformidade com os parâmetros fixados no SINASE, com capacidade para 48(quarenta e oito) internos, sendo hoje a unidade referência nacional.

Adicione-se que o signatário do presente foi oficialmente convidado, pela então Governadora do Estado Wilma Maria de Faria, para a inauguração da unidade mossoroense aprazada para o dia 30 de março de 2010, o que só não ocorreu, consoante divulgado pela mídia, em razão do excessivo número de inaugurações de obras em todo o Rio Grande do Norte e a imperiosa necessidade de afastamento da governadora da chefia do executivo estadual para a disputa de outro cargo nas eleições de 2010.

É evidente que manter 28(vinte e oito) sócioeducandos afastados de suas famílias, expostos a riscos em um CEDUC superlotado enquanto permanece ociosa a exemplar unidade de internação mossoroense, implica em verdadeira autorização para que se viole direitos humanos de adolescentes, situação que exige pronta e efetiva resposta do Judiciário.

### **A LEI ESTADUAL Nº 9.206/2009**

Desde já registramos que, aos 11 de novembro de 2009, foi sancionada pela então Governadora Wilma Maria de Faria a Lei Estadual nº 9.206/09 que “*dispõe sobre a contratação de pessoal, por prazo indeterminado, no âmbito da FUNDAC...*”, sendo certo que edição do diploma legal justificava-se precisamente em face da necessidade de contratação de parte do pessoal necessário ao pleno funcionamento do CEDUC-Mossoró/RN, sendo expressivo o decurso de significativo lapso temporal desde então.

Mais uma vez, é conclusão inarredável ser atualmente ilegal a permanência de sócioeducandos originários da Região Oeste Potiguar internados no CEDUC-Caicó/RN.

Ademais, frise-se que boa parte dos recursos humanos imprescindíveis ao pleno funcionamento do CEDUC-Mossoró/RN já se encontravam à disposição da

FUNDAC mesmo antes da edificação da unidade, segundo informações prestadas pela própria fundação ao signatário da presente.

Dessarte, a inércia da FUNDAC viola manifestamente o princípio constitucional da absoluta prioridade.

## **II– FUNDAMENTAÇÃO**

Sem delongas, resta evidente que se encontram malferidas as prescrições normativas insertas nos arts. 94 e 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente, *in verbis*:

**“Art. 94. As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:**

**I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;**

**II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;**

**III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;**

**IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;**

**V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;**

**VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;**

**VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;**

**VIII - oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;**

**IX - oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;**

**X - propiciar escolarização e profissionalização;**

**XI - propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;**

**XII - propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;**

**XIII - proceder a estudo social e pessoal de cada caso;**

**XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;**

**XV - informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual;**

**XVI - comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstias infecto-contagiosas;**

**XVII - fornecer comprovante de depósito dos pertences dos adolescentes;**

**XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;**

**XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;**

**XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.”**

**“Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:**

**I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;**

**II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;**

**III - avistar-se reservadamente com seu defensor;**

**IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;**

**V - ser tratado com respeito e dignidade;**

**VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;**

**VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;**

**VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;**

**IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;**

**X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;**

**XI - receber escolarização e profissionalização;**

**XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;**

**XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;**

**XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;**

**XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;**

**XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.”**

Novamente, destaque-se que de acordo com os parâmetros fixados pelo SINASE os alojamentos coletivos deverão ser ocupados por no máximo três internos, razão pela qual o CEDUC-Caicó/RN somente poderá manter 18(dezoito) adolescentes internados e não os 49(quarenta e nove) que atualmente lá se encontram, impondo-se, por conseguinte, deliberação judicial que determine a imediata interdição parcial da unidade, de modo que só permaneçam 18(dezoito) sócioeducandos internados transferindo-se os 31(trinta e um) excedentes para o CEDUC-Mossoró (28) e o CEDUC-Pitimbu (03) restabelecendo-se, conseqüentemente a legalidade violada pelas transferências administrativas levadas a efeito pela FUNDAC, assim como determine a Direção da entidade que se abstenha de receber qualquer adolescente quando a unidade de internação se encontrar com sua capacidade máxima exaurida, sob pena de responsabilidade e desobediência.

A pretendida interdição parcial encontra amparo no que dispõem os arts. 95 e 97, da Lei nº 8.069/90, *in verbis*:

**“Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.”**

**“Art. 97. São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do art. 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos:**

**I - às entidades governamentais:**

- a) advertência;**
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;**
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;**
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa.**

**II - às entidades não-governamentais:**

- a) advertência;**
- b) suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas;**



c) interdição de unidades ou suspensão de programa;

d) cassação do registro.

**§ 1º** Em caso de reiteradas infrações cometidas por entidades de atendimento, que coloquem em risco os direitos assegurados nesta Lei, deverá ser o fato comunicado ao Ministério Público ou representado perante autoridade judiciária competente para as providências cabíveis, inclusive suspensão das atividades ou dissolução da entidade.(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

**§ 2º** As pessoas jurídicas de direito público e as organizações não governamentais responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)" (grifamos)

2.

### **3. III- DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA**

O Código de Processo Civil, ao ser reformado em 1994, mais precisamente pela Lei nº 8.952, de 13.12.94, inovou ao criar a possibilidade de antecipação da tutela jurisdicional quando, existindo prova inequívoca, convença-se o juiz da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, nos exatos termos do artigo 273 do diploma processual civil.

O artigo 461, § 3º, do Código de Processo Civil explicita a possibilidade de antecipação da tutela nas hipóteses de cumprimento de obrigação de fazer:

**“Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.”**

...

**“Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.”**

O § 5º do artigo 461, com redação ditada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02, dá maiores poderes ao juiz para a efetivação da tutela específica, ao dispor:

**“Para efetivação da tutela específica ou a obtenção de resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício, ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.”**

Há, na hipótese, **verossimilhança da alegação**, expressão que vem sendo entendida pela doutrina, em conjugação com a exigência de prova inequívoca, como a probabilidade de ser atendida ao final a pretensão, dada a consistência do direito versado, mediante a comprovação documental da superlotação do CEDUC-Caicó/RN decorrente, particularmente da ilegal manutenção de 28(vinte e oito) socioeducandos oriundos da Comarca de Mossoró e do Oeste Potiguar, enquanto permanece ocioso o CEDUC-Mossoró edificado em absoluta conformidade com as normas jurídicas protetivas dos direitos dos adolescentes.

Há também *periculum in mora*, vez que a vida e a integridade física dos sócioeducandos atualmente enclausurados no CEDUC-Caicó/RN já foi e continua sendo exposta a riscos e danos irreparáveis, não se podendo olvidar neste passo que durante o motim ocorrido no ano de 2008, um dos internos sofreu lesões corporais gravíssimas decorrentes de incêndio, que no ano de 2009 um adolescente foi assassinado por outro sócioeducando e que desde então até hoje incontáveis foram as lesões corporais sofridas em razão dos constantes conflitos deflagrados entre internos no reduzido espaço físico da unidade.

Destarte, o Ministério Público almeja a antecipação da tutela jurisdicional com o fito de interditar parcial e imeditamente o CEDUC-Caicó/RN, de modo que só permaneçam 18(dezoito) sócioeducandos internados, transferindo-se os 31(trinta e um) excedentes para o CEDUC-Mossoró (28) e o CEDUC-Pitimbu (03) restabelecendo-se, consequentemente a legalidade violada pelas transferências administrativas levadas a efeito pela FUNDAC, assim como determine a Direção do CEDUC-Caicó/RN que se abstenha de receber qualquer adolescente quando a unidade de internação se encontrar com sua capacidade máxima exaurida (18 internos), sob pena de responsabilidade e desobediência, sugerindo nesta oportunidade a fixação do prazo de 05(cinco) dias e a imposição de multa pessoal por tempo de atraso.

## **IV – DOS PEDIDOS**

Tecidas as considerações acima expostas, vem o Representante do *Parquet* requerer:

a) a antecipação da tutela jurisdicional com o fito de interditar parcial e imeditamente o CEDUC-Caicó/RN, de modo que só permaneçam 18(dezoito) sócioeducandos internados, transferindo-se os 31(trinta e um) excedentes para o CEDUC-Mossoró (28) e o CEDUC-Pitimbu (03) restabelecendo-se, consequentemente a legalidade violada pelas transferências administrativas levadas a efeito pela FUNDAC, sob pena de responsabilidade e desobediência, sugerindo nesta oportunidade a fixação do prazo de 05(cinco) dias e a imposição de multa diária pessoal por tempo de atraso em

desfavor da representada Sra. Maria das Graças Fernandes Costa da Motta, Diretora-Presidente da FUNDAC/RN;

b) a concessão de tutela antecipada para determinar a Direção do CEDUC-Caicó/RN que se abstenha de receber qualquer adolescente quando a unidade de internação se encontrar com sua capacidade máxima exaurida (18 internos), sob pena de responsabilidade e desobediência, sugerindo nesta oportunidade a imposição de multa diária pessoal por tempo de atraso em desfavor do representado Sr. José Pereira do Nascimento, Diretor do CEDUC-Caicó/RN;

c) A citação dos representados nos termos do art. 192 da Lei nº 8.069/90, para responderem os termos da presente sob as cominações legais;

d) A procedência da presente, confirmando-se a antecipação de tutela nos termos expostos nas alíneas “a” e “b”, fixando-se em definitivo a capacidade máxima de internos no CEDUC-Caicó/RN em obediência aos parâmetros fixados no SINASE, impondo-se em desfavor dos representados as sanções legalmente previstas.

Protesta, ao final, provar o alegado pelos meios legalmente previstos, notadamente o documental e testemunhal, caso se entenda necessário.

Dá-se à causa, para os fins estabelecidos em lei, o valor de **R\$ 510,00** (quinhentos e dez reais).

Nestes termos.

Espera deferimento.

Caicó/RN, 07 de maio de 2010.

1. **VICENTE ELÍSIO DE OLIVEIRA NETO**  
2. *1º Promotor de Justiça da Comarca de Caicó*

## DOCUMENTAÇÃO ANEXA:

- 1- Ata de visita de inspeção ministerial, datada de 25/01/10;
- 2- Ofício nº 015/2010-1ª PJCC;
- 3- Ofício nº 160/10-GP, oriunda da FUNDAC/RN;
- 4- Ofício nº 066/2010-1ª PJCC;
- 5- Notícia veiculada no blog [www.fgomes.com.br](http://www.fgomes.com.br);
- 6- Ofício nº 070/2010-1ª PJCC;
- 7- Declaração do SD/PM José Justino Alves;
- 8- Ofício nº 071/2010-CEDUC/Caicó-RN;
- 9- E-mail encaminhado ao CAOPIJ/RN, datado de 07/05/10;
- 10- E-mail recebido convidando para a inauguração do CEDUC-Mossoró anexado ao convite da então governadora Wilma Maria de Faria;
- 11- E-mail cancelando a inauguração do CEDUC-Mossoró;
- 12-Notícia veiculada no jornal Gazeta do Oeste;
- 13- Cópia da Lei Estadual nº 9.260/09.